



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



VG
Nº 70013560248
2005/CÍVEL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. SACRIFÍCIO RITUAL DE ANIMAIS. MATÉRIA A SER SUBMETIDA À CORTE SUPREMA PELA ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 22, I, DA CF.

DEMAIS QUESTÕES DEVOLVIDAS AO EXAME DO STF (SÚMULAS 528 E 292).

Recurso admitido.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Nº 70013560248 COMARCA DE PORTO ALEGRE

MINISTÉRIO PÚBLICO RECORRENTE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL RECORRIDO

EXMO SR DR PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA INTERESSADO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO INTERESSADO

EXMO SR DR PROCURADOR-GERAL DO ESTADO INTERESSADO

Vistos estes autos.

I – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL interpõe recurso extraordinário da v. decisão do Eg. Tribunal Pleno desta Corte, cuja ementa define:

“CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA. SACRIFÍCIO RITUAL DE ANIMAIS. CONSTITUCIONALIDADE.

1. Não é inconstitucional a Lei 12.131/04-RS, que introduziu parágrafo único ao art. 2.º da Lei 11.915/03-RS, explicitando que não infringe ao “Código Estadual de Proteção aos Animais” o sacrifício ritual em cultos e liturgias das religiões de matriz africana, desde que sem



VG

Nº 70013560248

2005/CÍVEL

excessos ou crueldade. Na verdade, não há norma que proíba a morte de animais, e, de toda sorte, no caso a liberdade de culto permitiria a prática.

2. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. VOTOS VENCIDOS."

Opostos embargos declaratórios, foram os mesmos desacolhidos.

Após contra-razões, vieram os autos conclusos para juízo de admissibilidade recursal.

II – O recurso, interposto com fundamento no art. 102, III, 'a', da CF, com alegação de afronta aos artigos 5º, 'caput', 19, I, e 22, I, da mesma Lei, reúne condições de ser admitido.

Com efeito, ponderável um dos argumentos recursais, no sentido de que a lei estadual em questão é formalmente inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito penal, como estabelece o art. 22, I, da CF, no caso, a exclusão do abate de animais em rituais religiosos da tipificação prevista no artigo 32 da Lei dos Crimes Ambientais.

Portanto, diante da relevância da matéria em discussão e do conflito de posicionamentos existentes a seu respeito, de todo recomendável o seu exame pela Corte Suprema.

Registre-se, por derradeiro, que, plausível a alegação de afronta ao art. 22, I, da CF, é o que basta para que tenha trânsito a inconformidade, mostrando-se anódino o exame de admissibilidade com relação às demais questões suscitadas, devolvidas, por inteiro, à apreciação do STF (Súmulas do Supremo Tribunal Federal, verbetes nº 528 e nº 292).

Saliente-se, nesse passo, que o fracionamento da competência no juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais destina-se, à evidência, a, mediante filtragem, reduzir o número de processos que aportam nas cortes superiores, com o que a admissão da inconformidade, relativamente a alguma das questões ventiladas, por atendidos os pressupostos extrínsecos e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



VG

Nº 70013560248

2005/CÍVEL

intrínsecos, bem assim os específicos de tal espécie recursal, torna absolutamente desnecessário seja feito tal juízo quanto às demais que, repise-se, têm sua apreciação devolvida ao Tribunal Superior.

III – Pelo exposto, **admito** este recurso extraordinário.

Oportunamente, subam os autos ao C. STF.

Publique-se e intimem-se.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2005.

Des. Jaime Piterman,
2º Vice-Presidente, no impedimento
do 1º Vice-Presidente.

